

**Cooperativa de Crédito Mútuo dos
Servidores Municipais de Bebedouro -
COOCRESB**

**Demonstrações financeiras de 31 de dezembro
de 2021 e o relatório do auditor independente**



Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

RTA-103-2022

Ribeirão Preto SP, 18 de março de 2022.

À
Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro - COOCRESB
Bebedouro SP

Atenção da Senhora **Roselaine Xavier Dos Santos Galo**
Diretora Presidente

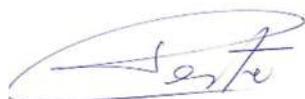
Prezada Senhora:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores e Consultores



José Paulo de Castro
Diretor

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro - COOCRESB

Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente

Sumário

Relatório da Administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15
1 Contexto operacional.....	15
2 Apresentação das demonstrações financeiras.....	15
3 Resumo das principais práticas contábeis	18
4 Caixa e equivalentes de caixa	21
5 Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	22
6 Operações de crédito	22
7 Outros ativos financeiros	24
8 Ativos fiscais, correntes e diferidos	25
9 Outros ativos	25
10 Investimentos	26
11 Imobilizado de uso.....	26
12 Intangível.....	26
13 Depósitos	26
14 Obrigações por empréstimos	27
15 Outros passivos financeiros	28
16 Instrumentos financeiros.....	28
17 Provisões.....	28
18 Obrigações fiscais, correntes e diferidas.....	29
19 Outros passivos	29
20 Patrimônio líquido.....	30
21 Provisão de juros ao capital	31
22 Receitas de operações de crédito.....	31
23 Dispêndios e despesas da intermediação financeira.....	31
24 Ingressos e receitas de prestação de serviços.....	31
25 Dispêndios e despesas de pessoal.....	31
26 Outros dispêndios e despesas administrativas	32
27 Outros ingressos e receitas operacionais	32
28 Outros dispêndios e despesas operacionais.....	32
29 Despesas com provisões.....	32
30 Resultado não recorrente	33
31 Partes relacionadas	33
32 Cooperativa Central.....	34
33 Gerenciamento de risco.....	35
34 Seguros contratados – não auditado	41
35 Índice de Basileia	41

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro - COOCRESB

Relatório da Administração

(Em reais)

Senhores Cooperados,

Submetemos à apreciação de V.s.as demonstrações do exercício de 2021 da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro – SICOOB COOCRESB, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2021 o SICOOB COOCRESB completou 19 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021 o SICOOB COOCRESB obteve um resultado de R\$ 46.423,49 antes das destinações.

3. Ativos

Os recursos depositados em centralização financeira, e aplicações financeiras de liquidez somaram R\$ 697.095,04. Por sua vez a carteira de crédito representava R\$ 4.722.204,04. A carteira de crédito entrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 4.722.204,04	100%
--------------------	------------------	------

Os dez maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 10,31% da carteira, no montante de R\$ 519.195,85.

4. Captação

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$ 174.155,03	7%
Depósitos a prazo	R\$ 1.006.172,03	38%

5. Obrigações por empréstimos

As obrigações por empréstimos encontravam-se assim distribuídas:

Obrigações Empréstimos	R\$ 1.446.376,74
------------------------	------------------

6. Patrimônio Líquido

O patrimônio Líquido do SICOOB COOCRESV era de R\$ 2.937.124,69. O quando de cooperados era composto de 1.027 Associados

7. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em previa análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados, e cumpridos, cercado ainda a cooperava de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do “rating” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações. O SICOOB COOCRESB adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN n. 2.62/99

8. Governança Corporativa

Governança Corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativos ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão. Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão. A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa. Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e a sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

9. Conselho Fiscal

Eleitos em AGO, com mandato até a AGO de 2024, o conselho fiscal tem função complementar à Diretoria. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

10. Código de ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOCRESB aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

11. Sistema de ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende as manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Bebedouro SP 16 de março de 2022

Roselaine Xavier dos Santos Galo
Diretora Presidente

**Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras**

Aos associados e administradores da
Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro - COOCRESB
Bebedouro SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro - COOCRESB ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro - COOCRESB em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

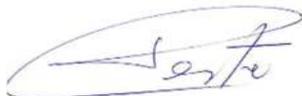
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 16 de março de 2022.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



José Paulo de Castro
CRC 1SP145661/O-2

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro - COOCRESB

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		5.799.411,50	5.307.668,87
Disponibilidades	4	36.083,83	87.269,29
Instrumentos financeiros		5.434.619,54	5.015.881,02
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	566.548,63	456.793,99
Relações interfinanceiras		130.546,41	115.060,45
Centralização financeira	4	130.546,41	115.060,45
Operações de crédito	6	4.722.204,04	4.416.354,60
Outros ativos financeiros	7	15.320,46	27.671,98
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6d	(109.722,30)	(89.662,17)
(-) Operações de crédito		(104.288,14)	(80.347,69)
(-) Outras		(5.434,16)	(9.314,48)
Ativos fiscais correntes e diferidos	8	-	76,38
Outros ativos	9	7.771,52	7.550,24
Investimentos	10	356.368,98	203.318,87
Imobilizado de uso	11	183.523,06	157.162,84
Intangível	12	7.758,80	7.758,80
(-) Depreciações e amortizações	11 e 12	(116.991,93)	(81.686,40)
Total do ativo		5.799.411,50	5.307.668,87
Passivo e patrimônio líquido		5.799.411,50	5.307.668,87
Depósitos	13	1.180.327,06	1.248.505,18
Depósitos à vista		174.155,03	180.108,98
Depósitos a prazo		1.006.172,03	1.068.396,20
Demais instrumentos financeiros		1.448.612,89	923.002,01
Obrigações por empréstimos e repasses	14	1.446.376,74	923.000,68
Outros passivos financeiros	15	2.236,15	1,33
Provisões	17	9.625,44	5.197,76
Obrigações fiscais correntes e diferidas	18	10.125,97	10.747,42
Outros passivos	19	213.595,45	254.142,30
Patrimônio líquido	20	2.937.124,69	2.866.074,20
Capital social		2.826.697,68	2.740.336,13
Reservas de sobras		70.967,03	66.324,69
Sobras acumuladas		39.459,98	59.413,38
Total do passivo e patrimônio líquido		5.799.411,50	5.307.668,87

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro - COOCRESB

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		548.269,65	1.056.699,29	1.092.763,87
Operações de crédito	22	535.263,65	1.038.060,94	1.072.283,75
Ingressos de depósitos intercooperativos	4.a	-	-	14.741,06
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.a	13.006,00	18.638,35	5.739,06
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23	(60.110,40)	(120.039,26)	(147.148,73)
Operações de captação no mercado	13.d	(31.704,64)	(44.277,46)	(26.066,81)
Operações de empréstimos e repasses	14.b	(18.954,62)	(34.214,73)	(39.620,07)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(9.451,14)	(41.547,07)	(81.461,85)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		488.159,25	936.660,03	945.615,14
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(454.427,80)	(850.142,20)	(802.455,80)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	24	24.367,01	54.044,40	43.997,67
Rendas de tarifas		251,50	290,00	84,00
Dispêndios e despesas de pessoal	25	(240.891,82)	(453.848,68)	(433.964,90)
Outros dispêndios e despesas administrativas	26	(271.536,16)	(511.910,54)	(451.260,84)
Dispêndios e despesas tributárias		(6.034,60)	(9.462,41)	(7.575,50)
Outros ingressos e receitas operacionais	27	40.533,15	73.375,16	49.694,58
Outros dispêndios e despesas operacionais	28	(1.116,88)	(2.630,13)	(3.430,81)
PROVISÕES	29	(2.816,90)	(4.427,68)	(4.746,49)
Provisões/reversões para garantias prestadas		(2.816,90)	(4.427,68)	(4.746,49)
RESULTADO OPERACIONAL		30.914,55	82.090,15	138.412,85
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		-	-	217,59
Reversão de provisões não operacionais		-	-	217,59
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		30.914,55	82.090,15	138.630,44
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(5.158,16)	(5.158,16)	(9.281,55)
SOBRAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		25.756,39	76.931,99	129.348,89
JUROS AO CAPITAL	21	(30.508,50)	(30.508,50)	(59.450,81)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		(4.752,11)	46.423,49	69.898,08

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro - COOCRESB

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	25.756,39	76.931,99	129.348,89
Outros resultados abrangentes	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	25.756,39	76.931,99	129.348,89

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro - COOCRESB

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Sobras acumuladas	Totais
Saldos em 31/12/2019		2.648.367,23	59.334,89	25.757,08	2.733.459,20
Destinações das sobras do exercício anterior:					
Distribuição de sobras para associados		25.395,84	-	(25.757,08)	(361,24)
Movimentação de capital:					
Por subscrição/realização		294.500,87	-	-	294.500,87
Por devolução (-)		(284.963,76)	-	-	(284.963,76)
Estorno de capital		(15,00)	-	-	(15,00)
Sobras do período		-	-	129.348,89	129.348,89
Remuneração de juros sobre o capital próprio:					
Provisão de juros sobre o capital próprio		-	-	(59.450,81)	(59.450,81)
Juros sobre o capital próprio, líquido		57.050,95	-	-	57.050,95
Destinações das sobras do período:	20.d				
Fundo de reserva		-	6.989,80	(6.989,80)	-
Fates - atos cooperativos		-	-	(3.494,90)	(3.494,90)
Saldos em 31/12/2020		2.740.336,13	66.324,69	59.413,38	2.866.074,20

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro - COOCRESB

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

...Continuação

	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Sobras acumuladas	Totais
Saldos em 31/12/2020		2.740.336,13	66.324,69	59.413,38	2.866.074,20
Destinações das sobras do exercício anterior:					
Distribuição de sobras para associados	20.c	58.002,80	-	(59.413,38)	(1.410,58)
Movimentação de capital:					
Por subscrição/realização		289.552,38	-	-	289.552,38
Por devolução (-)		(290.678,07)	-	-	(290.678,07)
Estorno de capital		(425,00)	-	-	(425,00)
Sobras do período		-	-	76.931,99	76.931,99
Remuneração de juros sobre o capital próprio:					
Provisão de juros sobre o capital próprio	21	-	-	(30.508,50)	(30.508,50)
Juros sobre o capital próprio, líquido		29.909,44	-	-	29.909,44
Destinações das sobras do período:	20.d				
Fundo de reserva		-	4.642,34	(4.642,34)	-
Fates - atos cooperativos		-	-	(2.321,17)	(2.321,17)
Saldos em 31/12/2021		2.826.697,68	70.967,03	39.459,98	2.937.124,69

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro - COOCRESB

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

...Continuação

	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Sobras acumuladas	Totais
Saldos em 30/06/2021		2.808.630,00	66.324,69	51.175,60	2.926.130,29
Movimentação de capital:					
Por subscrição/realização		149.336,45	-	-	149.336,45
Por devolução (-)		(160.783,21)	-	-	(160.783,21)
Estorno de capital		(395,00)	-	-	(395,00)
Sobras do período		-	-	25.756,39	25.756,39
Remuneração de juros sobre o capital próprio:					
Provisão de juros sobre o capital próprio		-	-	(30.508,50)	(30.508,50)
Juros sobre o capital próprio, líquido		29.909,44	-	-	29.909,44
Destinações das sobras do período:	20.d				
Fundo de reserva		-	4.642,34	(4.642,34)	-
Fates - atos cooperativos		-	-	(2.321,17)	(2.321,17)
Saldos em 31/12/2021		2.826.697,68	70.967,03	39.459,98	2.937.124,69

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro - COOCRESB

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	30.914,55	82.090,15	138.630,44
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.451,14	41.547,07	81.461,85
Provisões/reversões para garantias prestadas	2.816,90	4.427,68	4.746,49
Provisões/reversões não operacionais	-	-	(217,59)
Depreciações e amortizações	18.448,49	24.036,44	29.381,49
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	61.631,08	152.101,34	254.002,68
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(18.731,70)	(109.754,64)	(53.548,73)
Operações de crédito	(235.832,39)	(317.941,32)	(295.368,71)
Outros ativos financeiros	34.468,97	2.956,46	(27.609,98)
Ativos fiscais correntes e diferidos	49,72	76,38	(76,38)
Outros ativos	(2.070,69)	(221,28)	(5.152,85)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à vista	10.681,78	(5.953,95)	94.912,21
Depósitos a prazo	19.928,70	(62.224,17)	94.500,51
Obrigações por empréstimos e repasses	231.329,81	523.376,06	38.011,04
Outros passivos financeiros	1.520,66	2.234,82	(359,74)
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(1.131,54)	(621,45)	(749,46)
Outros passivos	(27.938,04)	(76.213,51)	25.108,58
Fates - atos cooperativos	(2.321,17)	(2.321,17)	(3.494,90)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	71.585,19	105.493,57	120.174,27
Atividades de investimentos			
Aquisição de intangível	1.644,79	2.630,79	(2.630,79)
Aquisição de imobilizado de uso	(24.881,69)	(17.721,92)	(11.499,13)
Aquisição de investimentos	(118.191,91)	(153.050,11)	(18.786,76)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(141.428,81)	(168.141,24)	(32.916,68)
Atividades de financiamentos			
Aumento por novos aportes de capital	149.336,45	289.552,38	294.500,87
Devolução de capital à cooperados	(160.783,21)	(290.678,07)	(284.963,76)
Estorno de capital	(395,00)	(425,00)	(15,00)
Distribuição de sobras para associados	-	(1.410,58)	(361,24)
Juros sobre o capital próprio, líquido	29.909,44	29.909,44	57.050,95
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	18.067,68	26.948,17	66.211,82
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(51.775,94)	(35.699,50)	153.469,41
Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	218.406,18	202.329,74	48.860,33
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	166.630,24	166.630,24	202.329,74
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(51.775,94)	(35.699,50)	153.469,41

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro - COOCRESB

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro - COOCRESB é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 15/8/1992, filiada à Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente do Centro Cooperativo Sicoob - CCS, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

Tem por objeto social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito, o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias de cooperativas de crédito; prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida; e a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela administração em 16/3/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

- i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;
- ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;
- iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;
- iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN n° 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB n° 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos negócios e efeitos da pandemia de Covid-19 “Novo Coronavírus”

A administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A Cooperativa de Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro - COOCRESB junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) **Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) **Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) **Caixa e equivalentes de caixa**

Composto pelas disponibilidades e pela centralização financeira mantida na Cooperativa Central.

d) **Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) **Relações interfinanceiras – centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) **Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob Central Cecresp e ações do Banco Sicoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado de uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Depósitos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

n) Outros ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

o) Outros passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

p) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor recuperável de ativos - *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

w) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	36.083,83	87.269,29
Relações interfinanceiras - centralização financeira	130.546,41	115.060,45
TOTAL	166.630,24	202.329,74

- (a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECRESP conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2020 foram de:

Descrição	31/12/2020
Rendimentos da centralização financeira	14.741,06

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Não ligadas	566.548,63	456.793,99
TOTAL	566.548,63	456.793,99

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração de aproximadamente 90% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram respectivamente:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	13.006,00	18.638,35	5.739,06	5.739,06

6 Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e títulos descontados	862.268,67	3.859.935,37	4.722.204,04	829.682,91	3.586.671,69	4.416.354,60
Total de operações de crédito	862.268,67	3.859.935,37	4.722.204,04	829.682,91	3.586.671,69	4.416.354,60
(-) Provisões para operações de crédito	(24.580,94)	(79.707,20)	(104.288,14)	(20.639,08)	(59.708,61)	(80.347,69)
TOTAL	837.687,73	3.780.228,17	4.617.915,90	809.043,83	3.526.963,08	4.336.006,91

- b) **Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:**

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	71.292,02	71.292,02		42.904,97	
A	0,5%	Normal	2.616.855,97	2.616.855,97	(13.084,28)	3.393.850,93	(16.969,25)
B	1%	Normal	1.250.323,56	1.250.323,56	(12.503,24)	514.476,48	(5.144,76)
B	1%	Vencidas	26.406,21	26.406,21	(264,06)	4.590,45	(45,90)
C	3%	Normal	481.163,80	481.163,80	(14.434,91)	323.342,40	(9.700,27)
C	3%	Vencidas	21.581,75	21.581,75	(647,45)	7.249,29	(217,48)
D	10%	Normal	143.835,95	143.835,95	(14.383,60)	70.814,58	(7.081,46)
D	10%	Vencidas	9.029,86	9.029,86	(902,99)	3.177,82	(317,78)
E	30%	Normal	72.564,49	72.564,49	(21.769,35)	10.290,38	(3.087,11)
E	30%	Vencidas	1.006,96	1.006,96	(302,09)	-	-
F	50%	Normal	1.369,99	1.369,99	(685,00)	-	-
F	50%	Vencidas	575,57	575,57	(287,79)	1.704,88	(852,44)
G	70%	Normal	-	-	-	2.809,27	(1.966,49)
G	70%	Vencidas	3.915,21	3.915,21	(2.740,65)	20.594,88	(14.416,42)
H	100%	Normal	15.519,92	15.519,92	(15.519,92)	10.161,27	(10.161,27)
H	100%	Vencidas	6.762,78	6.762,78	(6.762,78)	10.387,00	(10.387,00)
Total normal			4.652.925,70	4.652.925,70	(92.380,30)	4.368.650,28	(54.110,61)
Total vencidos			69.278,34	69.278,34	(11.907,81)	47.704,32	(26.237,02)
Total geral			4.722.204,04	4.722.204,04	(104.288,11)	4.416.354,60	(80.347,63)
Provisões			(104.288,14)	(104.288,14)		(80.347,69)	
Total líquido			4.617.915,90	4.617.915,90		4.336.006,91	

- c) **Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):**

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e títulos descontados	300.104,08	562.164,59	3.859.935,37	4.722.204,04
TOTAL	300.104,08	562.164,59	3.859.935,37	4.722.204,04

- d) **Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:**

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	15,10	15,10	0,00%
Pessoa Física	4.722.188,94	4.722.188,94	100,00%
TOTAL	4.722.204,04	4.722.204,04	100,00%

- e) **Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(89.662,17)	(57.327,07)
Constituições/reversões no período	(41.547,07)	(81.461,85)
Transferência para prejuízo no período	21.486,94	49.126,75
Saldo Final	(109.722,30)	(89.662,17)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	65.811,52	1,31%	66.979,21	1,51%
10 Maiores Devedores	519.195,85	10,31%	487.477,72	10,98%
50 Maiores Devedores	1.799.667,75	35,72%	1.574.464,90	35,45%

g) Créditos baixados como prejuízo:

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 73.472,98 (R\$ 75.209,88 em 2020). Em 2021, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 23.223,84 (R\$ 23.526,43 em 2020), registrados em receita de operações de crédito (nota 22).

7 Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Créditos por avais e fianças honrados	8.556,06	21.528,79
Rendas a receber	6.764,40	6.143,19
TOTAL	15.320,46	27.671,98

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em rendas a receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 630,08), Rendas de Cartões (R\$ 5.397,30) e outros (R\$ 737,02);

7.1 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativas a outros ativos financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

- a) Provisões para perdas associadas ao risco de crédito relativas a outros ativos financeiros, segregadas em circulante e não circulante:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para avais e fianças honrados	(5.434,16)	(9.314,48)
TOTAL	(5.434,16)	(9.314,48)

- b) Provisões para perdas associadas ao risco de crédito relativas a outros ativos financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / percentual de risco / situação	Avais e fianças honrados	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
E 30% Normal	4.449,56	4.449,56	(1.334,86)	-	-
E 30% Vencidas	-	-	-	13.392,28	(4.017,68)
F 50% Vencidas	-	-	-	1.993,83	(996,92)
G 70% Vencidas	24,00	24,00	(16,80)	6.142,68	(4.299,88)
H 100% Vencidas	4.082,50	4.082,50	(4.082,50)	-	-
Total normal	4.449,56	4.449,56	(1.334,86)	-	-
Total vencidos	4.106,50	4.106,50	(4.099,30)	21.528,79	(9.314,48)
Total geral	8.556,06	8.556,06	(5.434,16)	21.528,79	(9.314,48)
Provisões	(5.434,16)	(5.434,16)		(9.314,48)	
Total líquido	3.121,90	3.121,90		12.214,31	

8 Ativos fiscais, correntes e diferidos

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2020
Impostos e contribuições a compensar	76,38
TOTAL	76,38

9 Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas antecipadas (a)	7.771,52	7.550,24
TOTAL	7.771,52	7.550,24

- (a) Registram-se no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros.

10 Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em cooperativa central de crédito	356.368,98	203.318,87
TOTAL	356.368,98	203.318,87

11 Imobilizado de uso

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Móveis e equipamentos de uso	10%	95.543,74	84.668,74
Sistema de processamento de dados	20%	87.979,32	72.494,10
Total de imobilizado de uso		183.523,06	157.162,84
(-) Depreciação acum. móveis e equipamentos de uso		(109.233,13)	(76.558,39)
Total de depreciação de imobilizado de uso		(109.233,13)	(76.558,39)
TOTAL		74.289,93	80.604,45

- (a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12 Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas de processamento de dados	7.758,80	7.758,80
Total de intangível	7.758,80	7.758,80
(-) Amort. Acum. de ativos intangíveis	(7.758,80)	(5.128,01)
Total de amortização de ativos intangíveis	(7.758,80)	(5.128,01)
TOTAL	-	2.630,79

13 Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósito à vista	174.155,03	180.108,98
Depósito a prazo	1.006.172,03	1.068.396,20
TOTAL	1.180.327,06	1.248.505,18

- (a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade;
- (b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.933/13. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em “Dispêndios de captação no mercado”.

(c) **Concentração dos principais depositantes:**

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior depositante	108.361,12	9,36%	157.578,85	12,75%
10 Maiores depositantes	529.026,50	45,68%	594.608,66	48,10%
50 Maiores depositantes	954.929,33	82,45%	1.018.606,66	82,40%

(d) **Despesas com operações de captação de mercado:**

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de depósitos a prazo	(30.946,40)	(42.670,08)	(10.236,04)	(24.506,29)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de créditos	(758,24)	(1.607,38)	(821,36)	(1.560,52)
TOTAL	(31.704,64)	(44.277,46)	(11.057,40)	(26.066,81)

14 Obrigações por empréstimos

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) **Obrigações por empréstimos e repasses:**

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2021		31/12/2020	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cooperativa Central	0,21%	Fev/2026	251.462,20	804.679,03	446.423,68	476.577,00
Bancoob	0,09%	Nov/2024	133.160,93	257.074,58	-	-
TOTAL			384.623,13	1.061.753,61	446.423,68	476.577,00

b) Despesas de obrigações por empréstimos e repasses:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(3.667,08)	(3.667,08)	-	-
Cooperativa Central	(15.287,54)	(15.287,54)	(17.495,88)	(17.495,88)
Outras Instituições	-	(15.260,11)	-	(22.124,19)
TOTAL	(18.954,62)	(34.214,73)	(17.495,88)	(39.620,07)

15 Outros passivos financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados (a)	2.236,15	1,33
TOTAL	2.236,15	1,33

- (a) Em cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 2.236,15).

16 Instrumentos financeiros

O Sicoob Coocresb opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17 Provisões

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para garantias financeiras prestadas	9.591,95	33,49	5.185,82	11,94
TOTAL	9.591,95	33,49	5.185,82	11,94

- (a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras

prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações prestadas	308.267,40	255.072,50
TOTAL	308.267,40	255.072,50

18 Obrigações fiscais, correntes e diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de obrigações fiscais, correntes e diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre salários	9.989,88	10.502,87
Outros	136,09	244,55
TOTAL	10.125,97	10.747,42

19 Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e estatutárias	137.025,67	200.635,40
Provisão para pagamentos a efetuar	49.393,03	53.506,90
Credores diversos - país	27.176,75	-
TOTAL	213.595,45	254.142,30

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para participações nas sobras	5.158,16	7.766,45
Cotas de capital a pagar (a.2)	128.655,90	187.252,50
Fates - fundo de assistência técnica, educacional e social (a.1)	3.211,61	5.616,45
TOTAL	137.025,67	200.635,40

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.

20 Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por quotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	2.826.697,68	2.740.336,13
Associados	1.027	1.029

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30/4/2021, os cooperados deliberaram pela destinação de 100% das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para incorporação do capital.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	46.423,49	69.898,08
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	46.423,49	69.898,08
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(4.642,34)	(6.989,80)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(2.321,17)	(3.494,90)
Sobras antes da reversão dos dispêndios do Fates e Fundos Voluntários	39.459,98	59.413,38
Reversão da despesa – absorção do FATES		
Sobra à disposição da assembleia geral	39.459,98	59.413,38

21 Provisão de juros ao capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual 25% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$ 30.508,50. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

22 Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de adiantamentos a depositantes	258,07	435,98	116,97	151,43
Rendas de empréstimos	511.781,74	1.014.401,12	519.552,23	1.048.605,89
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 6.g)	23.223,84	23.223,84	4.646,38	23.526,43
TOTAL	535.263,65	1.038.060,94	524.315,58	1.072.283,75

23 Dispêndios e despesas da intermediação financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de captação	(31.704,64)	(44.277,46)	(11.057,40)	(26.066,81)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(18.954,62)	(34.214,73)	(17.495,88)	(39.620,07)
Reversões de provisões para operações de crédito	24.951,15	54.512,45	12.272,17	19.560,46
Reversões de provisões para outros créditos	16.247,48	18.292,35	800,81	800,81
Provisões para operações de crédito	(46.440,36)	(90.544,78)	(46.733,44)	(91.707,83)
Provisões para outros créditos	(4.209,41)	(23.807,09)	(9.314,48)	(10.115,29)
TOTAL	(60.110,40)	(120.039,26)	(71.528,22)	(147.148,73)

24 Ingressos e receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de outros serviços	24.367,01	54.044,40	33.921,03	43.997,67
TOTAL	24.367,01	54.044,40	33.921,03	43.997,67

25 Dispêndios e despesas de pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de honorários - Conselho fiscal	(9.720,74)	(19.834,16)	(10.113,42)	(19.113,42)
Despesas de honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(31.870,62)	(56.140,20)	(24.269,58)	(48.539,16)
Despesas de pessoal - benefícios	(33.714,85)	(70.698,23)	(33.712,24)	(69.989,56)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(49.288,07)	(92.054,43)	(45.989,97)	(88.341,23)
Despesas de pessoal - proventos	(116.297,54)	(215.121,66)	(105.466,68)	(207.981,53)
TOTAL	(240.891,82)	(453.848,68)	(219.551,89)	(433.964,90)

26 Outros dispêndios e despesas administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de água, energia e gás	(5.466,18)	(9.890,19)	(3.815,90)	(7.844,94)
Despesas de aluguéis	(39.000,00)	(78.192,31)	(31.992,31)	(66.313,54)
Despesas de comunicações	(7.947,99)	(14.512,40)	(9.415,04)	(19.042,55)
Despesas de manutenção e conservação de bens	-	(100,00)	-	(1.112,00)
Despesas de material	(11.671,65)	(16.926,80)	(6.003,27)	(11.129,40)
Despesas de processamento de dados	-	(97,33)	(3.405,00)	(4.110,00)
Despesas de promoções e relações públicas	(9.034,88)	(13.911,46)	(7.841,81)	(9.781,61)
Despesas de propaganda e publicidade	(5.055,00)	(9.295,00)	(4.927,50)	(11.129,65)
Despesas de publicações	-	(1.300,00)	(1.809,20)	(2.059,20)
Despesas de seguros	(3.885,72)	(5.977,56)	(4.682,44)	(7.354,11)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(15.739,35)	(31.980,49)	(14.400,14)	(23.713,42)
Despesas de serviços de terceiros	(18.983,88)	(25.463,60)	(8.418,09)	(11.093,53)
Despesas de serviços técnicos especializados	(29.293,51)	(63.625,01)	(24.180,75)	(51.071,74)
Despesas de transporte	(787,12)	(787,12)	-	(354,07)
Despesas de viagem no país	(787,50)	(787,50)	-	-
Despesas de depreciação	(18.448,49)	(24.036,44)	(15.678,73)	(29.381,49)
Outras despesas administrativas	(105.434,89)	(215.027,33)	(87.631,21)	(195.769,59)
TOTAL	(271.536,16)	(511.910,54)	(224.201,39)	(451.260,84)

27 Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Recuperação de encargos e despesas	219,08	219,08	-	-
Outras rendas operacionais	17.581,13	19.934,28	11.628,68	11.628,68
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	22.732,94	53.221,80	22.776,28	38.065,90
TOTAL	40.533,15	73.375,16	34.404,96	49.694,58

28 Outros dispêndios e despesas operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos de uso	(481,60)	(1.073,20)	(1.183,20)	(2.169,20)
Outras despesas operacionais	(495,27)	(1.251,31)	(635,05)	(1.093,69)
Contrib. ao fundo de ressarc. de fraudes externas	(140,01)	(277,99)	(97,41)	(138,47)
Contrib. ao fundo de ressarc. de perdas operacionais	-	(27,63)	(25,98)	(29,45)
TOTAL	(1.116,88)	(2.630,13)	(1.941,64)	(3.430,81)

29 Despesas com provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Provisões/reversões para garantias prestadas	(2.816,90)	(4.427,68)	(2.812,22)	(4.746,49)
Provisões para garantias prestadas	(8.614,26)	(14.686,34)	(4.690,24)	(6.895,46)
Reversões de provisões para garantias prestadas	5.797,36	10.258,66	1.878,02	2.148,97
TOTAL	(2.816,90)	(4.427,68)	(2.812,22)	(4.746,49)

30 Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

31 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas (Diretoria e Conselho de Administração). As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC/LCI/LCA e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das operações ativas	Valores	% em relação à carteira total	Provisão de risco
5	30.424,79	0,64%	152,12

b) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas média aplicadas em relação às partes relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Crédito consignado Depósitos a prazo e à vista	2,3%	60 meses

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

c) **As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:**

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de outras coobrigações – cartão de crédito	17.342,82	10.302,60

d) **Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:**

Benefícios monetários no exercício de 2021 (R\$)			Benefícios monetários no exercício de 2020 (R\$)	
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(31.870,62)	(56.140,20)	(24.269,58)	(48.539,16)

e) **O capital social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:**

31/12/2021	31/12/2020
R\$ 40.284,95.	R\$ 44.569,97.

32 Cooperativa Central

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro - COOCRESB, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O Sicoob Central Cecresp, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob Central Cecresp a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O Sicoob Coocresb responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central Cecresp perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob Central Cecresp:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 4)	130.546,41	115.060,45
Ativo – investimentos (nota 10)	356.368,98	203.318,87
Total das operações ativas	486.915,39	318.379,32
Passivo - obrigações por empréstimos e repasses	1.056.141,23	923.000,68
Total de operações passivas	1.056.141,23	923.000,68

Saldos das receitas e despesas da Cooperativa com o Sicoob Central Cecresp:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Ingressos de depósitos intercooperativos	-	-	-	14.741,06
Total das receitas	-	-	-	14.741,06
Rateio de despesas da Central	(98.285,98)	(193.266,72)	(84.896,94)	(188.819,16)
Total das despesas	(98.285,98)	(193.266,72)	(84.896,94)	(188.819,16)

33 Gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

33.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

33.2 Risco de crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a)** fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b)** validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c)** estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d)** acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;

- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

33.3 Risco de mercado e variação das taxas de juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.
 - a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;
 - a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;
 - a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;
 - a.5) aplicação de cenários de estresse;
 - a.6) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

33.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade de a entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a)** acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:
 - limite mínimo de liquidez;
 - fluxo de caixa projetado;
 - aplicação de cenários de estresse;
 - definição de planos de contingência.
- b)** elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c)** existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

33.5 Risco socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a)** setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b)** linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c)** valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

33.6 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

33.7 Gestão de continuidade de negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a)** identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b)** avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c)** definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d)** continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e)** transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

34 Seguros contratados – não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

35 Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	2.592.934,07	2.669.807,64
Ativo ponderado pelo risco (RWA)	4.592.445,94	4.276.154,61
Índice de Basileia	56,46%	62,43%

Bebedouro SP

Roselaine Xavier dos Santos Galo
Diretora Presidente

Aglaciles Virgilio Cyrillo Pereira
Diretor de suporte organizacional e responsável pela contabilidade

Caio Franco Pereira
Contador 1SP298479/O-0

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.